

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 30

Data: 17 de julho de 1979

Pg.: 18

# Tumulto, os cientistas vaíam o Projeto Jari

RENATO FALEIROS  
• CECILIA PIRES,  
enviados especiais,  
• EDMUNDO MAIA,  
correspondente.

**FORTALEZA** — Aos gritos de "A Amazônia é nossa", "fora Ludwig", foi realizado ontem, na Universidade Federal do Ceará, campus do Pici, um dos debates mais concorridos e tumultuados da 31.ª Reunião Anual da SBPC: "A Amazônia e seu Uso Agrícola".

A presença de técnicos ligados aos projetos de ocupação da Amazônia, principalmente os vinculados ao Projeto Jari, que se limitaram a expor problemas com relação à utilização dos solos da região, provocou vaias e tumulto no plenário.

Italo C. Falesi, secretário da Agricultura do Pará, falou sobre os tipos de vegetação da Amazônia, as características climáticas da Região e o potencial agrícola dos solos, revelando que "mais de 80% dos solos da Amazônia são de baixa fertilidade, justificando, assim, que poucas áreas fossem destinadas a culturas alimentares, em função de sua qualidade.

O secretário paraense foi longamente vaiado pelos participantes, quando procurou justificar a presença de grandes empresas na ocupação e exploração econômica da Amazônia.

Heloneida Studart, muito aplaudida, fez a seguinte intervenção:

"O que se contesta não é a utilização das áreas rentáveis da Amazônia, para nós. O que se contesta é a presença sem consulta ao povo de projetos como o Jari — área ocupada que é muito maior do que um país europeu; o que se nega é o direito de saque dos Rockefeller, acampados em alguns hectares através dos seus grandes bancos; o que se nega é o direito de madeiras japonesas depredarem as madeiras nobres de nossa floresta e as multinacionais — como o Frigorífico Atlas — transformarem a floresta em pastagem. O que se pergunta é por que comissão trilateral (EUA, Japão e Europa Ocidental) ocupa a área amazônica sem que o povo brasileiro seja ouvido, e por que devemos suportar isso?"

### TECNOLOGIA E POBREZA

Falesi não conseguiu prosseguir, sempre interrompido pelas perguntas do plenário: "Queremos saber por que as jazidas descobertas na Amazônia vão ser vendidas para o Jari?", "Por que o Jari tem 90% da linha férrea de todo o Pará? E para transportar seus materiais ou para servir os trabalhadores da Região?"

Ocorreu então, forte discussão entre o plenário e o coordenador da mesa, sobre a conveniência ou não de permitir que falasse o técnico do Projeto Jari, Charles Briscoe. Com forte sotaque americano, Briscoe começou a expor as vantagens do Projeto Jari, lendo uma frase da revista "Manchete", vaiada pelo plenário: "Em princípio de junho, quando um navio carregando 10 toneladas de celulose saiu da Amazônia, os acusadores do Jari emudeceram".

"O Jari — disse ele — ocupa mais de 1 milhão de hectares do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, o que equivale a uma parte por mil do território da Amazônia. O Projeto inclui, também, aproximadamente 28 técnicos formados na Universidade e 42% desse pessoal são pesquisadores, 15 são engenheiros florestais brasileiros, e eles atuam diretamente no Projeto. São 10 mil funcionários contratados pelo Jari, e, destes menos de 200 são estrangeiros, de diversas nacionalidades. Não são todos americanos".

A observação do técnico do Jari mais vaiada referiu-se à expansão dos núcleos populacionais da Região e melhoria da qualidade de vida dos moradores:

"Antes da implantação do Projeto Jari, a Região comportava pouco mais de 30 pessoas, quase todas analfabetas, sem serviço médico, escolas. Agora, são mais de 30 mil pessoas com toda a assistência e escola, onde os professores são brasileiros controlados pelo Brasil."

Briscoe, vaiado, tenso e assustado, continuou ainda:

"O período de 1968-1978 — dizia o texto distribuído pelo conferencista, bastante resumido para o plenário — foi ocupado no estabelecimento de infra-estrutura e uma base industrial de 100 mil hectares de plantações florestais, 4 mil hectares de arroz cultivados sob irrigação, uma mina de caulim com usina de 500 TPD e a fábrica de polpa Kraft branqueada de 750 TPD. Estamos atualmente vendendo polpa, arroz e caulim. Também estabelecemos testes de produção com frutas e hortaliças, cria de bovinos, búfalos, porcos e frangos, produção de queijo e ovos e manejo de pastos."

Também foi vaiado quando assegurou que "temos 1.300 visitantes por mês no Jari. Não existem carregamentos de ouro ou riquezas sendo mandadas para fora. "Disseram que Ludwig está roubando a Amazônia. Ele já investiu mais de 700 mil dólares e não tirou nem um centavo".

Um dos assistentes ao debate, professor da UFC, interferiu: "É preciso conhecer melhor a colonização da África, onde os colonizadores e até mesmo os colonizados elogiavam o "desenvolvimento" trazido pelos estrangeiros. Depois, viu-se que tudo era tapeação e isso foi aceito pelos nativos. Quando alguns países da África emergiram da colonização, viram que tudo estava destruído. Isso também aconteceu na China e na Índia. Quanto aos brasileiros, muitos que têm visitado a Amazônia e o Projeto Jari sabem que 50% dos brasileiros que lá vivem recebem menos de um salário mínimo. E os policiais do Pará recebem Cr\$ 3.500,00 por mês para se transformarem em guardiões dos interesses dos donos do Projeto, evidentemente para reprimir as manifestações de revolta que ocor-

rem por lá. Sabe-se, ainda, que o Porto all existente está fora da legislação brasileira e fere, em essência, a soberania nacional".

Diante das palmas demoradas ouvidas no plenário, o funcionário do Jari retrucou, com seu português quase ininteligível: "Mas o problema do colonialismo na África, não foi feito por Ludwig", ao que foi vaiado durante muito tempo pelo plenário. "Também não é verdade que sejam tão mal pagos os brasileiros. E nem que o Projeto Jari não respeite as leis brasileiras; ele segue sim".

Um dos participantes do debate interferiu novamente: "Isso é desmentido pelo próprio general Geisel, que afirmou que, apesar de gostar muito de Ludwig, achava que ele não ligava a mínima para as leis brasileiras".

"Nós já ouvimos muito do americano" — gritavam, no plenário — "o senhor está inscrito para falar?" — perguntava o coordenador, nervoso.

Um dos cientistas que do plenário foi compor a mesa, o prof. Queiroz Neto, engenheiro-agrônomo da USP, expôs alguns dados sobre a ocupação da Amazônia:

"As estimativas de pesquisas realizadas na Amazônia — eu mesmo fiz um levantamento sobre o potencial do solo amazônico, a pedido da Sudam — indicam que 10% dos solos da Região são solos de fertilidade boa, mas quero fazer uma observação sobre um dos dados apresentados por Briscoe: além de 1 milhão e meio de hectares ocupado pelo Projeto Jari, existem processos de integração de posse de terra no Incra para ocupação de mais dois milhões de hectares. O que quer dizer que o Projeto Jari não ocupa uma parte tão pequena assim da Amazônia, mas está se expandindo".

"Outro ponto com o qual não concordo" — continuou Queiroz Neto — é quanto à legislação brasileira. Segundo a lei, não é possível a aquisição de terras por estrangeiros de mais de 40% de um município, e mais de 25% de um único país. Porém, quanto maior número de nacionalidades está presente na posse, é possível chegar-se a mais de 40% de posse de um município. A lei é sábia..."

"Outro aspecto que quero frisar — prosseguiu Queiroz Neto — é quanto ao problema da nacionalidade do Jari. Ela não é americana, a nacionalidade é panamenha, se não me falha a memória. E isso por quê? Porque com isso, livra-se de todo o controle exercido, inclusive no seu país de origem".

Queiroz Neto falou também sobre a necessidade de implantar-se uma cultura diversificada, por pequenas parcelas, que visa à subsistência e não é danosa ao meio ambiente, contra a grande cultura implantada pelo Projeto Jari. E concluiu seu raciocínio com o seguinte argumento:

"A agricultura tradicional, de pequenas parcelas, absorve quantidade mínima de energia, e energia local. A agricultura em grande escala consome mais energia, e energia importada. Tratores e aviões na agricultura, em larga escala, utilizam Petróleo. De onde vêm essas máquinas? A quem interessa essa produção, de tecnologia sofisticada?"

## A devastação da Amazônia

"Dos projetos agro-pecuários desenvolvidos na Amazônia desde o início do governo Geisel — que de agro só tinham o nome — praticamente nada foi feito. Ou melhor, descobriu-se apenas que haviam sido devastados mais de 700 mil hectares de florestas e que a implantação do projeto da pecuária resumia-se a 0,2 bois por hectare. Vários dos projetos nem, ao menos foram encontrados.

## SBPC reivindica debate

Após a tumultuada mesa-redonda sobre o tema "Amazônia e Seu Uso Agrícola" os cientistas aprovaram uma moção que será encaminhada à Assembléia Geral da SBPC e cujos trechos principais são os seguintes:

"O anúncio da criação de uma comissão interministerial por decreto presidencial n.º 83518, a 29 de maio último, com a finalidade de "escolher, definir e institucionalizar as áreas destinadas à exploração madeireira a curto e longo prazos e compor na prática a racionalidade do modelo escolhido", não pode deixar de provocar a repulsa da sociedade brasileira como um todo e da comunidade científica, representada pelos membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

"A SBPC traz a público suas preocupações a respeito do futuro da Amazônia dentro da sociedade brasileira; exprime seu temor de que os resultados dos trabalhos dessa comissão interministerial constituam apenas mais um passo na escalada da instalação de projetos de ocupação altamente danosos para a sociedade brasileira, por atentarem contra a natureza, patrimônio da comunidade, contra os interesses das populações locais e contra a soberania nacional."

"Essas preocupações da comunidade científica, representadas pelos membros da SBPC, baseiam-se num certo número de fatos, que testemunham as diretrizes de ocupação que vêm se manifestando na Amazônia:

1. Uma política deliberada de dilapidação dos recursos naturais, sem nenhuma preocupação com a fragilidade dos ecos-sistemas dos trópicos úmidos, pelo incentivo à implantação da grande empresa, representando grupos econômicos estrangeiros ou nacionais: são os incentivos fiscais, as vantagens creditícias, as isenções de taxas para exportação de matérias-primas e para importação de equipamentos sofisticados.

Esse foi o resultado do dinheiro investido pela Sudam: mamaram na teta governamental".

Essa foi uma das conclusões a que chegou Orlando Valverde, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, coordenador do debate "A geo-política e o espaço brasileiro: a Amazônia", realizado ontem à tarde no "campus" da Universidade Federal do Ceará.

Valverde dividiu os planos de ocupação da Amazônia em três fases: Médici, Geisel e Figueiredo — "uma para cada ditador", segundo qualificou, textualmente, durante sua exposição.

### "NADA A COISA ALGUMA"

Na primeira fase, o plano de colonização se propôs a desenvolver grandes eixos rodoviários. Foi construída a Transamazônica e a Perimetral Norte — "uma estrada ligando o nada a coisa alguma", segundo Valverde. Foi feito um plano grandioso para colonização, desapropriando-se dez quilômetros de cada lado da Transamazônica, para ali instalar núcleos populacionais. Tudo ficou dividido entre poucas empresas, o que deu origem, entre outras coisas, à formação do superlatifúndio, no Acre. Uma das empresas, que possuía título de posse de apenas 300 hectares, apropriou-se de mais de 300 mil hectares. Enquanto isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não era capaz de delimitar terras com documentos legais para trabalhadores sem terra, principalmente do Nordeste, que foram sendo expulsos dessas áreas.

"Na segunda fase dos planos, época do governo Geisel, mudam-se as intenções. As verbas do INCRA passam para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). São planejados projetos agro-pecuários. São desenvolvidas as técnicas mais malucas: desde a queimada, até o correntão (uma corrente de cem metros que pesa oitenta toneladas e é puxada por tratores que abrem um corredor na floresta) e inclusive os desfolhantes. Aproveitaram-se das verbas e nada foi feito além da devastação".

Na terceira fase, já no governo Figueiredo, realizam-se os contratos de risco, que encerram até aqui um ciclo desenvolvido pelo governo.

"O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) prevê a derrubada de 39 milhões de hectares divididos em doze áreas de superfície distintas. A maior delas tem oito milhões e setecentos e oitenta e cinco mil hectares, a menor tem 719 mil hectares. A área de 39 milhões de hectares é maior do que toda a área do Maranhão e maior do que Roraima e Acre somados. O governo forneceria a infra-estrutura viária e concederia incentivos fiscais a grandes empresas nacionais e estrangeiras".

### FISCALIZAÇÃO

Quanto à fiscalização, segundo dados do próprio Paulo Berutti, ex-presidente do IBDF, apresentados por Valverde, encontra-se ela na seguinte situação:

"O Brasil precisaria de oitenta mil guardas florestais e so tem três mil, que ganham de 3 a 4 mil cruzeiros mensais. O Amazonas tinha doze guardas para 156 bilhões de árvores. O Pará tinha vinte guardas, três foram assassinados, sendo que um deles foi morto numa emboscada, a pauladas, por ter ido denunciar a devastação da floresta. O Acre tinha quinze guardas para quinze milhões de hectares. Em Rondônia, o último guarda que trabalhava na fiscalização da floresta, em 1976, foi demitido porque ficou seis meses sem salário e se associou a contrabandistas de madeira. Quem cuida da floresta de Rondônia agora é a Polícia Federal!"

2. Um processo acelerado, sistemático e generalizado de fortalecimento da grande empresa monopolista, em detrimento dos interesses das populações locais, cujas condições de vida tendem a deteriorar-se ainda mais, pelo aprofundamento dos problemas sociais decorrentes da apropriação das terras de indígenas, posseiros e camponeses, pela expulsão de castanheiros e seringueiros, transformados de forma acelerada num novo exército de bóias-frias e marginais do falacioso processo de desenvolvimento nacional.

3. A ineficiência e mesmo a conivência dos organismos estatais na solução dos problemas da Amazônia.

"A SBPC reivindica, assim, a abertura de um amplo e democrático debate nacional, como condição imprescindível para o estabelecimento de uma política responsável de ocupação que corresponda, antes de tudo, aos interesses do povo brasileiro e, em especial, das populações amazônicas".

### OUTRA MOÇÃO

As representações do Instituto dos Arquitetos do Brasil de Rondônia e do Rio Grande do Sul também encaminharam ontem à SBPC moção sobre a Amazônia. O documento diz que "os arquitetos brasileiros repudiam a maneira pela qual o Governo vem conduzindo a questão — através de uma comissão que não representa os verdadeiros anseios da comunidade, mas se constitui num desrespeito à opinião pública e aos legítimos interesses nacionais."

Mais adiante, os arquitetos reiteraram o "engajamento efetivo de todos os setores da comunidade brasileira no sentido de se unirem em torno da defesa da Amazônia contra os interesses espoliativos dos grupos econômicos nacionais e internacionais nessa região".